

{Carlos Rodolfo Schneider*}

Crescimento sustentável depende de competitividade

Se estivéssemos aumentando a nossa capacidade de competir, a participação do PIB brasileiro no PIB mundial deveria estar crescendo

Somos induzidos a acreditar que o Brasil já conquistou o direito de crescer aceleradamente pelos próximos anos. Que já criou as condições para isso. Que desenvolveu um mercado interno que lhe dá garantias. Que tem, em abundância, o que o mundo demanda em escala crescente.

O bom momento pelo qual passamos traz o risco da miopia em relação às reais condições de crescimento futuro. Só o consumo interno não garante expansão econômica sustentável. Por uma razão simples: crescimento de consumo depende de geração de empregos, que depende de mais investimentos. E investimentos em níveis adequados dependem basicamente de dois fatores: disponibilidade de poupança e competitividade da economia. E a competitividade da economia, por sua vez, depende também do nível de investimentos.

Então, devemos olhar um pouco como estão os nossos investimentos e a nossa competitividade.

Se estivéssemos aumentando a nossa capacidade de competir em relação à média dos outros países, a participação do nosso PIB no PIB mundial deveria estar crescendo. Segundo o FMI, no entanto, esse número se mantém na faixa de 2,9% desde 2002 - nesse período, o da Índia cresceu de 4% para 5% e o da China, de 7% para 13%.

Segundo o mais recente relatório do Fórum Econômico Mundial, divulgado em setembro de 2010, o Brasil perdeu duas posições no *ranking* de competitividade que mede a capacidade de as economias atingirem crescimento sustentável. Entre os 139 países analisados, ficamos com o 58º lugar e um destaque negativo: as fraquezas estruturais limitam a capacidade de o Brasil crescer rapidamente por mais tempo. Apesar do avanço nas questões macroeconômicas nas últimas duas décadas, o país é o pior entre os pesquisados na questão de tributação, tem um dos piores ensinos primários do mundo, um mercado de trabalho rígido e governos ineficientes.

O próprio ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o nosso governo precisará tomar algumas medidas para que possamos manter uma trajetória sustentável de crescimento. Mencionou, por exemplo, a necessidade de modernização da estrutura financeira para aumentar a capacidade de financiamento e reduzir os *spreads* bancários. Citou também a urgência da reforma tributária; da redução do Custo Brasil, com destaque para o custo da burocracia; e do aumento do nível de poupança do país para ter investimentos em níveis adequados.

Ao mesmo tempo que perdemos para os principais países emergentes no que se refere à competitividade, também não estamos com bom desempenho na questão da poupança



interna - o que vem comprometendo o nível de investimentos. Para que o Brasil cresça a uma taxa consistente de 6% ao ano, teremos de investir ao redor de 25% do PIB todos os anos. Em 2009, não passamos de 16,7% e em 2010 investimos perto de 19%. Enquanto isso, países como Índia e China vêm apresentando números surpreendentes: na faixa de 35% e 45%, respectivamente.

As consequências mais visíveis desse baixo investimento são, por exemplo, o custo da logística, que, segundo o Banco Mundial, representa no Brasil 20% do PIB, contra 13% na Alemanha e 10% nos Estados Unidos. Especificamente em infraestrutura, segundo o Ipea, o Brasil investiu 2,2% do PIB em 2002, 1,85% em 2004, 2,11% em 2006 e 2,18% em 2010. Enquanto a Índia investe 5,63%, a Colômbia 5,8%, o Chile 6,2% e a China 7,3%. O levantamento do Fórum Econômico Mundial posicionou os portos brasileiros numa triste 123ª posição entre as 139 nações e as estradas, no 105º lugar. Portanto, não temos infraestrutura para a jornada que queremos empreender.

A explicação é simples: investimos pouco porque poupamos pouco. O governo "despoupa" isto é, gasta além do que arrecada, apesar da crescente carga tributária no país - e o brasileiro não tem o hábito de poupar, daí o sucesso do modelo Casas Bahia. A sociedade ainda é pressionada por um altíssimo volume de impostos de um lado, e, de outro, tem um baixo retorno em serviços públicos de qualidade.

E essa drenagem de recursos promovida pelo poder público no país deve-se ao crescimento dos seus gastos correntes. Nos oito anos de governo Lula, por exemplo, os 4,5% de aumento da carga tributária sobre o PIB (de 32,6% para estimados 37%) foram destinados em sua maioria para gastos com a máquina pública. Os investimentos da União, excluídas as estatais, por outro lado, na média dos dois mandatos não passaram de 0,7% da produção nacional, similar ao que aconteceu no governo Fernando Henrique Cardoso. Se olharmos um período maior, entre 1991 e 2010, as despesas totais do

setor público cresceram de 19% para 33% do PIB, provocando aumento na carga tributária de 22% para consideráveis 37%. Enquanto isso, a carga tributária da Rússia é de 23% do PIB, a da China, 20% e a da Índia, 12%.

Projeções elaboradas pelo Movimento Brasil Eficiente (www.brasileficiente.org.br) para esta nova década revelam que, se os gastos correntes crescerem 1% ao ano menos do que o crescimento da economia, conseguiremos criar um círculo virtuoso que fará o investimento subir para 25%. E permitirá que a carga tributária caia para 30% do PIB, criando condições para um crescimento à taxa decenal de 6%. A recuperação da competitividade da economia brasileira, fora do setor de *commodities*, garantiria assim a consistência ao processo de desenvolvimento.

**Empresário, vice-presidente da Ciser Parafusos e Porcas e presidente da Associação Empresarial de Joinville (Acij)*

